

PELA ORDEM

ANGELO SANTI E AGÊNCIAS
asanti@jj.com.br

FIM DOS AVISOS DE RECEBIMENTO

Na última sessão do ano da Câmara de Jundiaí também foi aprovado, ontem (1), em caráter de urgência, o projeto de lei do prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) revogando a Lei 8.672/16, que prevê notificação de multas de trânsito com Aviso de Recebimento (AR) ou por envio ao endereço eletrônico do infrator. A justificativa da prefeitura foi acabar com os custos dos envios dos ARs via Correios.

FAOUAZ SE DESPEDE DA PRESIDÊNCIA

Presidente da Casa, Faouaz Taha (PSDB) fez um pronunciamento de agradecimento para finalizar seu ciclo de dois anos à frente do Legislativo municipal. "Finalizo um ciclo de trabalho em conjunto. Foram anos intensos, com todos acordando cedo e saindo tarde. Agradeço à mesa diretora e aos nossos diretores, além de todos os servidores desta casa e parabêniso a atuação de cada um dos 19 vereadores", disse.

LOA A última sessão do ano da Câmara de Jundiaí tratou das questões orçamentárias e dos projetos previstos para o ano que vem

Câmara aprova orçamento de R\$ 2,575 bilhões para 2021

ANGELO AUGUSTO SANTI
asanti@jj.com.br

Aconteceu ontem (1) a última sessão ordinária deste ano da Câmara de Jundiaí. Como de costume, a pauta para o encerramento das atividades foi a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2021. O texto, aprovado por unanimidade e sem emendas, estima a receita em R\$ 2,575 bilhões. Em comparação com 2020, houve uma considerável retração, visto que o orçamento deste ano foi de R\$ 2,590 milhões.

A maior parte deste valor é destinada à pasta da Saúde, com R\$ 529 milhões. Em seguida vem a Educação, que receberá R\$ 499 milhões. Como de costume nos últimos anos, a somatória dessas duas áreas corresponde a mais de 50% de todo o gasto municipal. Outros R\$ 68,9 milhões serão voltados a novos investimentos na cidade, que correspondem a 2,61% do total. Para as despesas da Câmara de Jundiaí foram destinados R\$ 33,9 milhões.

O gestor de Governo e Finanças da Prefeitura de Jundiaí, José Antonio Parimoschi, ressalta que o próximo ano deve ser marcado por um período de recuperação da economia nacional, após queda provocada pela pandemia do novo coronavírus. "Porém, os reflexos na arrecadação



José Parimoschi vê 2021 como um ano de recuperação e Faouaz Taha se despediu da presidência da Câmara

tributária só serão sentidos a partir de 2022", afirma.

"A continuidade da carteira de projetos do Programa Avança Jundiaí, lançado em 2018, ficará assegurada em 2021. As obras em andamento terão prioridade para que sejam concluídas e entregues

em 2021", diz Parimoschi.

O vereador Edicarlo Vieira (PP) pediu melhorias no transporte e no saneamento básico de Jundiaí. "As áreas rurais das regiões do Água Doce, Traviú, Bom Jardim e Bairro do Poste precisam da implantação da rede de esgo-

to. Também existe a necessidade da construção de uma nova avenida que ligue as avenidas Prof. Luiz Latorre e Frederico Ozanam ao Vetor Oeste da cidade, principalmente para aliviar o trânsito caótico entre a região oeste e a região central", pontuou.

Rogério Ricardo da Silva (DEM) fez um apelo para a construção de uma nova Unidade Básica de Saúde (UBS) para a região do Caxambu e Ioturucaia. "A UBS de Ioturucaia e o Pronto Atendimento (PA) da Ponde São João não têm dado mais conta da demais, pois trata-se de uma área muito grande, que abrange todo o Vetor Leste", afirmou.

Cristiano Lopes (PP) citou a terceira pasta que mais receberá investimentos, que são os serviços públicos. "Nos últimos quatro anos atendemos a diversas solicitações da população, como o Programa Mais Asfalto, que levou dignidade a muitas famílias nas áreas rurais de Jundiaí, resolvendo questões como os problemas respiratórios, gerados pelo pó das estradas de terra, ou de deslocamento, por conta dos alagamentos. E ele está nos planos para 2021", afirmou.

O impacto da pandemia sobre a economia local, a qualidade dos serviços públicos, políticas de bem-estar social e geração de emprego estiveram entre os focos de debate da LOA em todas as oportunidades de discussão. A proposta, agora aprovada por unanimidade, foi elogiada pelos parlamentares que a classificaram como adequada para enfrentar os desafios impostos a partir de 2020 com reflexos no próximo ano.